

Começo por agradecer o convite que o Sr. D. José me formulou para falar nesta ocasião solene.

Tive o privilégio de conhecer o Sr. D. Abílio nos meus tempos de aluno da Escola Primária da Estacada. Lembro-me de sempre falar connosco, de lhe puxarmos a batina para beijar o anel, do seu ar bondoso e amigo, enfim, de saber fazer catequese.

Mais tarde pude observar que o seu estilo irradiava uma simpatia dialogante feita de razão, religião e bondade, que continuava a cativar os jovens, impondo-se naturalmente como Pai e Mestre.

O Sr. D. Abílio, logo após realizar exames da 4ª classe, seguiu para o padroado da Índia onde cresceu em tolerância e obteve tais virtudes que, 25 anos mais tarde, mereceu a distinção de ser nomeado Bispo de Cochim.

Em 1939 coube-lhe a honra de ser Bispo na Terra da sua naturalidade, nesta cidade de Bragança.

A chegada à diocese da qual estivera ausente longos anos, veio agitar a vida religiosa, de sacerdotes e fiéis, fazendo-os sair de uma modorra de anos.

A pastoral do Sr. D. Abílio teve sempre em linha de conta uma grande sensibilidade aos sinais dos tempos, ao sentido de adaptação à diocese, ao momento histórico que se atravessava e a uma determinada situação local.

Foi esta particular atenção aos problemas da diocese que em 1960, passados 82 anos da última tentativa de construir uma nova catedral, D. Abílio coloca novamente na ordem do dia este assunto, através da publicação a 2 de fevereiro de 1960 da *Exortação Pastoral sobre Liturgia Sagrada e a Sé Nova*, acolhida com muita alegria por toda a diocese.

Voltava à luz do dia uma ideia que hibernara muitos anos, mas que a luz e o calor emprestados por D. Abílio Vaz das Neves fizeram despertar.

Não perde tempo!

Na festa da Dedicção da Catedral de Bragança, a 15 de novembro de 1960, nomeia uma Comissão para angariar fundos na cidade, destinados à construção da nova Sé Catedral.

A obra que se pretendia levar a cabo estava orçada em 20 000 contos, esperando-se que 10 000 pudessem vir de fora da diocese (comparticipação do governo, outras dioceses, fiéis e sacerdotes a viver fora da região) e os restantes correspondessem às participações da cidade (2 000) e das restantes localidades da diocese (8 000).

Tinha-se plena consciência que se estava perante valores muito elevados, difíceis de arranjar numa região pobre.

Dizia D. Abílio na citada *Exortação Pastoral sobre Liturgia Sagrada e a Sé Nova*:

*A cidade de Bragança não possui uma Igreja ou templo que seja monumento indicador da fé de toda a Diocese. Como alguém disse, Bragança continua a única Diocese que tem um Bispo sem Sé e um Cabido sem Catedral, e por consequência um culto sem brilho.*

Por toda a Diocese se falava na Sé Nova. Louvava-se a iniciativa do bispo, intemerato, que dava confiança aos fiéis, que mostrava uma vez mais a veia empreendedora que o acompanhava desde que tomara posse da diocese.

Surgiam comissões angariadoras de fundos na maioria das paróquias, trabalhando denodadamente para conseguir as dádivas imprescindíveis.

O Cabido da Sé Catedral quis ser ele a oferecer a primeira pedra para os alicerces, no valor de 100 contos, distribuídos por cinco anos, entrando de imediato com a quota parte correspondente ao ano de 1960.

Não só na Diocese de Bragança a ideia de construir uma Catedral despertou o interesse e a curiosidade de várias pessoas. Também em meios artísticos do país e organizações profissionais a ideia de se ir construir uma Catedral, a última e única do século XX, teve grande repercussão.

Um grupo de arquitetos teve a iniciativa de promover um concurso para o anteprojeto da mesma, com o apoio das entidades oficiais e com um subsídio concedido pela Fundação Calouste Gulbenkian.

O Sr. D. Abílio, para além das normais preocupações pastorais, tinha agora uma outra verdadeira paixão: a de não morrer sem deixar a esta cidade e Diocese uma Catedral digna da sua nobreza e história religiosa.

*Dizia o Sr. D. Abílio: “É consolador saber que a ideia de uma Sé Nova vai ganhando terreno em toda a Diocese; as cartas que recebemos, as notícias pessoais que quotidianamente nos chegam, os vales e cheques que se vão registando, são prova que, apesar de um ano fraco e pobre, a ideia é acatada com todo o carinho e amor que merece”.*

A Comissão de angariação de fundos propõe que cada lar da cidade contribua com o rendimento líquido de um mês, pagável em cinco anos, o que tornaria menos gravosa a sua contribuição.

As Listas dos peditórios, publicadas periodicamente pelo Mensageiro de Bragança, realizados nos anos de 1960 a 1963 atingiram um valor de aproximadamente 655 mil escudos, muito dinheiro para a altura.

O concurso, organizado a expensas da Fundação Calouste Gulbenkian, decorreria no verão de 1963, devendo, antes do final do ano, estar feito o anteprojecto de forma a pedir a participação do Sr. Ministro das Obras Públicas, o que permitiria começar a obra em 1964, altura do ducentésimo aniversário da transferência da sede da Diocese, de Miranda para Bragança.

*Segundo o Sr. D. Abílio: “Sua Exa o Senhor Ministro das Obras Públicas tem manifestado sempre a melhor vontade a respeito da Sé Nova de Bragança e, apesar de continuarmos em estado crítico para a Nação, não duvidamos que ajudará a levar a efeito a construção da Sé”.*

D. Abílio havia escolhido para lançamento da primeira pedra da Catedral o ano de 1964, sendo o lugar de implantação a Praça Cavaleiro Ferreira, onde hoje se situa o Teatro Municipal.

A escolha de 1964 tinha a ver com o facto de ser o ano das comemorações do 5º Centenário de elevação de Bragança a cidade e também o ano comemorativo do duplo centenário da transferência da Sede da Diocese de Miranda para Bragança, embora a criação canónica da Diocese de Bragança datasse de 1770 e a união das duas, de 1780.

O Sr. D. Abílio encarava a construção da nova Sé, e cito, *“com fé em Deus, na boa vontade da Cidade de Bragança e de toda a Diocese. O Senhor Ministro das Obras Públicas, manifestou-nos o seu interesse, estímulo e boa vontade, prometendo participar as terraplanagens necessárias”*.

O júri do concurso atribuiu o primeiro prémio ao trabalho apresentado pela equipa constituída pelos senhores arquitetos Luís Vassalo Rosa e Francisco Figueira, escultor António Alfredo, engenheiro Eduardo Zuquete e Padre Albino Cleto.

Por questões burocráticas obrigatórias – a que não era estranha a necessidade de financiamento por parte do Estado - a diocese de Bragança solicita à Câmara Municipal a apreciação do anteprojecto.

A edilidade elabora um parecer favorável, solicitando à Direção de Urbanização de Bragança que se pronuncie. Esta, atendendo à localização em zona de proteção de edifícios públicos, envia todo o processo ao ministro das Obras Públicas, conjuntamente com um parecer favorável e uma proposta de pequenas correções.

Pertencia ao ministro das Obras Públicas, considerando a localização da Catedral numa zona de proteção de edifícios, a apreciação do referido anteprojeto. Para o efeito, elaborou um despacho no sentido de ser ouvida a Junta Nacional da Educação.

A citada Junta elabora um parecer no qual, após uma análise ao que se considera obra de arte e ao valor desta nos aglomerados urbanos, se apoia nos seguintes pontos críticos para propor a reprovação do trabalho apresentado:

*“Rotura com a tradição das belas composições e obras do passado; ausência de unidade, harmonia e simplicidade; não se encontra exaltada a verdade utilitária e funcional; e não se empregam os materiais da região”.*

Todo o processo transitou, seguidamente, para a Direção Geral do Serviço de Urbanização que contestou o parecer da Junta Nacional de Educação emitindo parecer favorável. Propôs que em matéria de tanta responsabilidade e perante a controvérsia levantada somente pela Junta Nacional de Educação, se consultasse o Conselho Superior de Obras Públicas.

De posse deste conjunto de informações, o sr. ministro das Obras Públicas proferiu o seguinte despacho:

*“Em face do parecer do Ministério da Educação Nacional tem de considerar-se o projeto reprovado”.*

A notícia, como era de prever, caiu como uma bomba na cidade e diocese.

Após tanto trabalho, tanta dedicação, tanta determinação do Prelado e colaboradores, tantos elogios por peritos de várias áreas ligadas ao anteprojecto, ninguém esperava que viesse a ser reprovado por uma Junta Nacional de Educação, à partida pouco vocacionada para o efeito.

Que estranha atitude!



As pessoas interrogavam-se, perplexas: o que teria levado o ministro das Obras Públicas, até então aparentemente interessado na construção, a mudar de posição, aceitando o único parecer negativo oriundo de uma Junta da Educação, pouco credível nestas matérias?

Mágoa, revolta e resignação, eis como se podia classificar o sentimento da população da diocese.

Uma nova notícia, com óbvias conotações com a reprovação do anteprojeto, abalou toda a diocese, deixando ainda mais consternados os fiéis.

O Sr. D. Abílio Augusto Vaz das Neves pedira a resignação.

O Bispo intrépido e lutador, empreendedor, bem à frente do seu tempo, capitulara, não aguentara a forma pouco clara e ortodoxa como fora reprovado o anteprojeto da Catedral com que sonhara e lutara com tanto afinco!

Mobilizara as paróquias da diocese, os fiéis residentes e na diáspora, os cidadãos não crentes, mas fervorosos defensores da sua cidade capital de distrito. As dádivas que já tinham sido entregues numa fase tão inicial e os seus montantes eram a prova evidente da vontade inequívoca da população em construir a sua Igreja Mãe.

Tudo resvalara a partir de um estranho parecer negativo emitido por uma não menos estranha Junta Nacional de Educação.

A diocese presta ao seu *Pastor Conterrâneo* uma última e merecidíssima homenagem, agradecendo-lhe todos os esforços, sacrifícios, preocupações que tivera de ultrapassar em prol de um sonho que norteara a última parte do seu peregrinar pela diocese.

Dizia o Sr. D. Abílio: *“A minha mágoa não vem da não realização da obra, mas sim do facto de que, se não se realizasse desta vez, Bragança e a Diocese ficariam desacreditados perante o Governo, perante os próprios bragançanos e toda a Nação. Da minha parte fiz o que pude. A partir da tomada de posse do meu Venerando Sucessor oficialmente não posso fazer mais. À Cidade e à Diocese entrego a construção da Sé Nova.”*

Quanta mágoa e quanta frustração transparecem nas entrelinhas desta transcrição!!!

Que sofrimento teria tido o Sr. D. Abílio quando recebeu o lacónico cartão do ministro das Obras Públicas a comunicar-lhe que o anteprojecto fora reprovado!

O Sr. D. Abílio morreu com a mágoa de não ter conseguido realizar o sonho a que consagrara tantas horas de trabalho e que lhe consumiu as últimas e já poucas forças como Bispo de Bragança.

Tentou tudo, fez o caminho das pedras, sucumbiu perante adversário poderoso e impiedoso.

Oportunamente, quando da saída do livro que acabei de escrever sobre “Bragança no Século XX”, darei a conhecer outras informações complementares sobre o porquê de tal ter ocorrido.

A diocese terá sempre uma dívida de gratidão para tão ilustre Prelado.

Parabéns Sr. D. José por esta decisão de transladar os restos mortais do Sr. D. Abílio Vaz das Neves que merece repousar nesta Catedral.

Francisco Terroso Cepeda

08 / 06 / 2019